



Carlos Thadeu de Freitas (E), Marcelo Crivella, José Carlos de Assis e Ricardo Carneiro: críticas às conseqüências da elevada taxa de juros

Frente parlamentar quer BC no estímulo a emprego

Composta por deputados e senadores, a Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego vai propor mudança na lei para que o Banco Central (BC) tenha também o objetivo de buscar o pleno emprego, e não apenas o controle da inflação. A frente promo-

veu ontem audiência pública com Carlos Thadeu de Freitas – ex-diretor do BC e da Petrobras e atual professor do Ibmec – e Ricardo Carneiro, professor de Economia da Universidade de Campinas. Ambos fizeram sugestões para promover o

emprego e sustentaram que a elevada taxa de juros fixada pelo Banco Central não se justifica. O presidente da frente parlamentar, senador Marcelo Crivella, ressaltou que a taxa de juros mostra que o país "se transformou em um cassino". **Página 8**

Heloísa diz que sua família está sendo ameaçada

Em discurso no Plenário, Heloísa Helena denunciou ameaças a membros de sua família e grampos em seus telefones. **Página 5**

Oposição repudia crítica de Lula a suposto "denuncismo" de CPI

As revelações do relator da CPI dos Correios, Osmar Serraglio, de que o Banco do Brasil seria uma das fontes do chamado valerioduto constituem denunciamento, como disse o presidente Lula? Vários senadores ocuparam ontem a tribuna para

discordar do presidente. Alvaro Dias repudiou "ofensa" ao relator, enquanto Antonio Carlos Magalhães cobrou explicações. José Agripino afirmou que a CPI encontrou o "ovo da serpente", e Arthur Virgílio apontou contradição na fala de Lula. **Página 4**

Mulheres dos então prefeitos petistas de Campinas e de Santo André depõem hoje na CPI dos Bingos

CPI ouve viúvas de Toninho do PT e de Celso Daniel

Toninho do PT, prefeito de Campinas, foi assassinado em setembro de 2001; Celso Daniel, prefeito de Santo André e também petista, seqüestrado e morto em janeiro de 2002. As viúvas dos dois, Roseana Moraes Garcia e Ivone Santana, serão ouvidas hoje pela CPI dos Bingos, que transferiu para quinta-feira o depoimento

de Vladimir Poletto, ex-assessor de Antonio Palocci na prefeitura de Ribeirão Preto. Roseana não aceita a tese – defendida pela polícia paulista e pelo PT – de crime comum para a morte de Toninho. Ivone aparece em trechos das fitas gravadas pela Polícia Federal logo depois do assassinato de Celso Daniel. **Página 3**



Ao lado de Arnaldo Niskier (E), Hélio Costa afirma que o governo deseja TV digital aberta

Brasil deve testar TV digital na Copa do próximo ano

O sistema digital de televisão deve ser testado pelo Brasil na Copa de 2006. A previsão foi feita pelo ministro das Comunicações, Hélio Costa, em audiência pública ontem no Conselho de Comunicação Social. "O modelo que está sendo desenvolvido mistura a tecnologia utilizada interna-

cionalmente com soluções para a realidade brasileira", afirmou. Até o fim do ano, segundo Hélio Costa, o modelo em elaboração pelos grupos de desenvolvimento do sistema brasileiro deverá estar concluído. O passo seguinte é levar a proposta ao presidente Lula, para a definição do padrão. **Página 5**



Ao participar da comemoração dos 180 anos do *Diário de Pernambuco*, o presidente do Senado, Renan Calheiros (ao centro, ao lado de Marco Maciel), afirmou que a liberdade de imprensa é uma realidade no país. "Nossa mídia crítica, denuncia, aponta erros e cobra resultados", observou, ao falar sobre a relação entre imprensa e democracia. **Página 5**



Roosevelt Pinheiro
Paim critica ofensas de torcedores do Juventude de Caxias ao jogador Tinga

Paim registra racismo de torcida contra jogador

Paulo Paim (PT-RS) criticou a atitude racista de parte da torcida do Esporte Clube Juventude, de Caxias do Sul (RS), que agrediu com gestos o jogador Tinga, no jogo contra o Internacional, em 22 de outubro. O senador, nascido naquela cidade, ressaltou que Caxias do Sul não é preconceituosa nem racista.

O parlamentar elogiou a "atitude firme" do Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD), que determinou, em decisão inédita, que o Juventude perdesse o mando de campo por duas partidas e pagasse multa de R\$ 200 mil em razão da agressão.

O senador Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) lamentou que as torcidas levem para as arquibancadas uma disputa que deveria se restringir ao campo, chegando, muitas vezes, a assassinatos e linchamentos.

Paim registrou ainda ter recebido moção de apoio à aprovação de substitutivo a projeto de sua autoria que cria o Estatuto das Pessoas Portadoras de Necessidades Especiais, assinada por várias associações e entidades. O senador lembrou os relatores do projeto, Celso Russomanno (PP-SP), na Câmara, e Flávio Arns (PT-PR), no Senado.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp

Medida provisória na pauta do Plenário

O projeto originado da MP 259/05 continua truncando a pauta do Plenário, que tem sessão deliberativa marcada para as 14h. Às 15h30, o presidente do Senado, Renan Calheiros, conversa com António Guterres, ex-primeiro-ministro de Portugal e Alto Comissário das Nações Unidas para Refugiados. Ele também será recebido pelas comissões de Direitos Humanos (CDH) e de Relações Exteriores (CRE).

Votação de seis requerimentos na agenda da CPI dos Correios

A CPI dos Correios vota requerimentos às 10h30. Às 14h, estão marcadas reuniões das sub-relatorias da comissão: a de Contratos ouve dirigentes das companhias aéreas Aerpostal e Skymaster; e a de Fontes Financeiras, o funcionário de Toninho da Barcelona, Marcelo Viana; a operadora de câmbio Nelma Cunha; e o ex-tesoureiro do PPS paulista Rui Vicentini, que denunciou "mensalão" na Assembléia Legislativa de São Paulo.

Propriedade industrial é tema de audiência da CMA

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 10h em audiência para discutir questões relacionadas à propriedade industrial. Participam do debate representantes do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (Inpi); da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa); da Associação Brasileira das Empresas de Biotecnologia (Abrabi), além de outros convidados.



Registro de agrotóxicos genéricos em discussão na CRA

Representantes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, do Ministério da Agricultura e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis discutem o registro de defensivos agrícolas genéricos e o impacto no preço dos insumos em reunião da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA), às 9h30.

CPI dos Bingos ouve viúvas de prefeitos petistas

A CPI dos Bingos ouve, às 10h30, Roseana Moraes Garcia, viúva de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, prefeito de Campinas (SP) assassinado em setembro de 2001; e Ivone Santana, ex-namorada de Celso Daniel, prefeito de Santo André (SP) assassinado em janeiro de 2002. A CPI investiga a ligação dos crimes com o caixa dois petista.

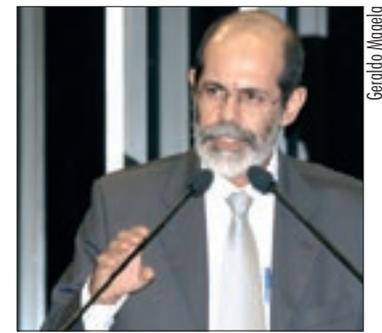


CAE analisa projeto sobre dívidas

Às 9h30, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) discute a repactuação de dívidas de crédito rural (PLS 517/03). Às 11h, a Comissão de Educação (CE) analisa a escolha dos reitores das universidades federais (PLC 95/03), e às 14h30 o Orçamento 2006 está na pauta da Comissão de Orçamento (CMO).

Corrupção em Rondônia

A Comissão Externa de Rondônia ouve às 15h o governador do estado, Ivo Cassol, que gravou deputados estaduais cobrando propina por apoio político ao seu governo. Às 9h30, a Subcomissão Permanente da Amazônia vota pedido de audiência pública para discutir soluções para conseqüências da seca.



Geraldo Magela
Mesquita Júnior lamenta que fundo não seja usado em benefício da população

Mesquita Júnior: recursos do Fust não são aplicados

Geraldo Mesquita Júnior (sem partido-AC) lamentou ontem em Plenário que os recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) não sejam aplicados na democratização da telefonia no país. O senador pediu que a legislação seja cumprida mediante a aplicação desses recursos na oferta de telefonia para áreas pobres e carentes e para populações de baixa renda.

– Hoje sobram 13 milhões de linhas de telefones fixos, às quais a maior parte da população não tem acesso porque suas altas tarifas não cabem no bolso dos que delas necessitam – ponderou o senador.

Mesquita Júnior lembrou que o fundo é constituído de 1% das receitas brutas das operadoras de telecomunicações, e arrecada cerca de R\$ 800 milhões anuais. Nesses cinco anos de funcionamento, o Fust já arrecadou quase R\$ 4 bilhões, informou.

O senador afirmou que “o Fust nunca foi aplicado em sua finalidade legal”, e que estaria sendo usado para reduzir o déficit público. Como o fundo não é cumulativo, os recursos não aplicados no exercício em que foram arrecadados não existem mais.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Shessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo e José do Carmo Andrade
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
 Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Tião Viana, João Batista Motta, Antônio Carlos Valadares e Garibaldi Alves Filho



Sibá apela aos líderes partidários para que votem minirreforma política

Sibá defende mudança nas eleições de 2006

O senador Sibá Machado (PT-AC) fez um apelo ontem às lideranças de todos os partidos no Congresso para que aprovem a PEC do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prorroga até 15 de dezembro o prazo para alteração na legislação eleitoral para o próximo pleito. O limite estabelecido pela legislação em vigor se esgotou no último dia 30 de outubro.

Depois de cumprida essa etapa, explicou, a Câmara dos Deputados poderá votar a proposta de emenda constitucional de autoria do senador Jorge Bornhausen (PFL-SC), considerada uma minirreforma política. A matéria já foi aprovada por unanimidade no Senado.

Sibá ainda protestou contra a tentativa de retorno do ex-presidente Alberto Fujimori ao Peru e considerou constrangedora a situação do povo peruano.

Mensalão ouve acusados de vender voto para reeleição

A CPI do Mensalão reúne-se hoje, às 11h30, para tomar o depoimento do deputado Ronivon Santiago. Às 16h, deve ouvir o ex-deputado Chicão Brígido. Ambos são acusados de vender votos para aprovar a emenda da reeleição presidencial, em 1997. Amanhã, a CPI tem reunião administrativa às 10h30. Às 11h30, ouve o ex-ministro dos Transportes Anderson Aduato. Às 17h, a comissão reúne-se novamente para ouvir o ex-secretário de finanças do diretório estadual do PT no Rio Grande do Sul, Marcelino Pies, que deverá esclarecer suposto repasse de R\$ 1,2 milhão ao PT gaúcho pelo esquema de Marcos Valério. Já na quinta-feira, a CPI do Mensalão toma, a partir das 9h, o depoimento de Paulo Antônio Bassoto, assessor do tesoureiro do PT gaúcho e que figura na lista de sacadores das contas de Marcos Valério.

CPI dos Bingos ouve Roseana Morais Garcia e Ivone Santana, mulheres de Toninho do PT e de Celso Daniel

Viúvas de prefeitos petistas depõem hoje

Estão marcados para hoje, às 10h30, os depoimentos à Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) dos Bingos das viúvas de dois prefeitos assassinados do PT: Roseana Morais Garcia, viúva de Antônio da Costa Santos, o Toninho do PT, morto quando era prefeito de Campinas (SP), e Ivone Santana, companheira de Celso Daniel, assassinado na época em que era prefeito de Santo André (SP). O depoimento do economista Vladimir Poletto à CPI, previsto inicialmente para hoje, foi transferido para às 10h30 desta quinta-feira. Poletto foi funcionário do atual ministro da Fazenda, Antonio Palocci, quando este era prefeito de Ribeirão Preto (SP).

Toninho do PT foi assassinado em setembro de 2001 e Celso Daniel foi seqüestrado e morto em janeiro de 2002. Roseana, assim como a família de Celso, não aceita a tese de crime comum defendida pela polícia paulista e pelo PT. Já Ivone aparece em trechos das fitas gravadas pela Polícia Federal em Santo André – sem autorização da Justiça



CPI dos Bingos toma depoimentos do deputado Jamil Murad, amanhã, e de Vladimir Poletto, ex-assessor de Palocci, na quinta-feira

– logo depois do crime. O juiz preso João Carlos da Rocha Mattos disse à CPI que nessas gravações Gilberto Carvalho, chefe do gabinete pessoal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e Klinger Oliveira, ex-vereador do PT, sugerem a Ivone Santana que passe a imagem de viúva sentida, o que reforçaria, em sua opinião, a tese de crime comum.

Amanhã, será tomado o de-

poimento do deputado federal e médico Jamil Murad (PCdoB-SP). Ele foi convocado por ter acompanhado a autópsia do cadáver de Celso Daniel.

Nesta quinta-feira, também às 10h30, será a vez do depoimento de Vladimir Poletto. Ele é suspeito de promover tráfico de influência junto ao governo federal para beneficiar empresas. Além disso, terá de explicar à comissão de

inquérito as denúncias publicadas na revista *Veja* desta semana de que ele teria confirmado que ajudou a transportar a suposta doação financeira do governo cubano destinada ao PT. O pedido de *habeas corpus* formulado por Poletto no Supremo Tribunal Federal para garantir seu direito ao silêncio durante o depoimento foi concedido ontem pelo ministro Marco Aurélio Mello.

Vladimir Poletto deverá falar também à CPI dos Correios

Uma série de requerimentos ligados à denúncia de que o PT teria recebido dinheiro de Cuba para financiar a campanha eleitoral de 2002, publicada pela revista *Veja* há duas semanas, pode ser analisada na reunião administrativa da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios marcada para hoje, às 10h30. Entre esses requerimentos, todos apresentados pelo deputado Arnaldo Faria de Sá (PTB-SP), está o pedido de depoimento de Vladimir Poletto, ex-assessor do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Segundo as denúncias, Poletto teria transportado R\$ 3 milhões – ou R\$ 1,4 milhão, porque há divergência quanto ao valor – provenientes de Cuba, até São Paulo.

Serão ainda examinados requerimentos para convocação do empresário José Roberto Colnaghi, proprietário do avião que, segundo a revista, levou Poletto e as três caixas com o dinheiro; do motorista que teria transportado Poletto e a quantia, Éder Eustáquio Soares Macedo; e do advogado Rogério Buratti, que também trabalhou com Palocci e ajudou na operação. Os dois ex-

assessores, fontes de informações da matéria da *Veja*, teriam se envolvido na operação a pedido de Ralf Barquete – economista morto em junho do ano passado e que igualmente integrou a equipe de Palocci na sua gestão à frente da prefeitura de Ribeirão Preto. Poletto já será ouvido na CPI dos Bingos nesta quinta-feira.

Também podem ser votados requerimentos ligados à apuração da origem do dinheiro que teria abastecido o valerioduto. O deputado Onyx Lorenzoni (PFL-RS) pede ao Banco do Brasil cópia dos documentos em que o então diretor de Marketing da instituição, Henrique Pizzolato, determinou o envio de recursos da Visanet para a empresa de publicidade DNA. O relator da CPI, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), anunciou na semana passada que, dos R\$ 35 milhões depositados pela Visanet nas contas de Marcos Valério como adiantamento de serviços a serem prestados pela DNA, R\$ 10 milhões foram investidos pela agência no banco BMG. Imediatamente, o banco liberou um empréstimo no mesmo valor para Valério, e que teria sido re-



CPI dos Correios analisa requerimentos para esclarecer denúncia de revista

passado ao PT.

Sub-relatorias

A Sub-Relatoria de Fontes Financeiras ouvirá hoje, às 14h, Marcelo Viana, funcionário da casa de câmbio Barcelona Tour, do doleiro Antônio Claramunt, o Toninho da Barcelona. Na mesma reunião serão ouvidos a cambista Nelma Cunha, da Havaí Câmbio e Turismo, de Santo André (SP), e o tesoureiro do Partido Popular Socialista (PPS), Evaldo Rui Vicentini.

Já a Sub-Relatoria de Contratos, também às 14h, toma o depoimento de Roberto Kfourri,

sócio da empresa Aeropostal Brasil Transporte Aéreo Ltda. Segundo denúncias incluídas no relatório parcial já divulgado pelo deputado Osmar Serraglio, essa empresa teria participado de uma licitação nos Correios, mesmo sem estar funcionando regularmente, só para compor um cenário de competitividade.

Outro a ser ouvido será Américo Proietti, da Skymaster, empresa de transporte aéreo que, assim como a Beta e a Aeropostal, está envolvida em denúncias de superfaturamento de contratos nos Correios.

Presidente teria caracterizado de "denuncismo" anúncios feitos pelo relator sobre origem dos recursos do "mensalão"

Senadores repudiam críticas de Lula a Serraglio

A afirmação do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de que foi "denuncismo" o anúncio feito pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, sobre a

origem de parte das verbas do valerioduto – que teria saído do Banco do Brasil, por meio de esquema envolvendo a Visanet – e as críticas feitas pelo presidente à atuação do relator geraram

protestos em Plenário. Alvaro Dias lembrou que o governo escolheu homens de sua confiança para conduzir a CPI e conclamou o PMDB a defender Serraglio. Arthur Virgílio ressaltou a gravida-

de dos fatos apontados pela CPI e ACM cobrou explicações do presidente. Também José Agripino defendeu o relator e acusou o PT de usar a máquina pública em suas campanhas.



Incompetência do governo no combate à aftosa também foi apontada por Osmar

Osmar condena demora na conclusão das CPIs

Após 15 dias de licença médica, Osmar Dias (PDT-PR) voltou ontem ao Senado criticando a demora do Congresso em concluir as investigações e encaminhar os pedidos de punições dos envolvidos em atos de corrupção no setor público. O senador também disse considerar que a vitória do "não" no referendo sobre o desarmamento representou um protesto contra a incapacidade do poder público de garantir segurança à população.

Osmar apontou ainda a incompetência do governo ao enfrentar a contaminação do rebanho brasileiro pela febre aftosa e lembrou que vem alertando o governo desde setembro sobre o problema.



Eduardo destaca reunião realizada no sábado pelo grupo União do Tocantins

Eduardo defende esforço para sanar crise no Tocantins

Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) voltou a manifestar sua preocupação com a crise pela qual estaria passando o estado do Tocantins. Diante da gravidade da situação, disse, os parlamentares que se articulam em torno do movimento União do Tocantins (UT), incluindo dois senadores e cinco deputados federais, realizaram no sábado reunião para listar os principais problemas do estado, com o objetivo de traçar alternativas de desenvolvimento.

Eduardo explicou que a União do Tocantins está à disposição do povo e das autoridades para buscar soluções aos dramas vividos pela sociedade e frisou que as medidas devem ser drásticas.



Alvaro cobra apoio do PMDB a Serraglio, "um de seus mais ilustres parlamentares"

Alvaro afirma que ofensa ao relator "é uma injustiça"

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), a tentativa do presidente Lula de desqualificar o relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), "é uma injustiça".

– Essa fúria contra Serraglio não se justifica. Ele é um homem sério, honesto e preparado, que vem prestando serviços importantíssimos à instituição parlamentar – destacou.

Alvaro lembrou que o próprio governo impôs os nomes que desejou para a presidência e a relatoria da CPI dos Correios. Escolheu, portanto, homens de sua inteira confiança.

O senador conclamou o PMDB a defender seu filiado.

– O PMDB é um partido que apóia o governo, mas não pode ficar passivo diante dessas investidas contra um de seus mais ilustres parlamentares, sobretudo devido à lisura dos procedimentos adotados por ele – defendeu.

Ele recebeu apartes dos senadores Sibá Machado (PT-AC), Heloísa Helena (PSOL-AL), Arthur Virgílio (PSDB-AM) e Ney Sussana (PMDB-PB). Este último justificou sua insatisfação.

– Um relator deve falar através de relatórios, não através da imprensa. Serraglio se expôs individualmente, não falou em nome da comissão. Agora, quem leva pancadas é o PMDB – afirmou o parlamentar.



Arthur Virgílio aponta contradições nas declarações do presidente

"Mentira é motivo para impeachment", resalta Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), considerou grave o presidente Luiz Inácio Lula da Silva "apressar-se a dizer" que não passa de denuncismo o anúncio feito pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, sobre o envolvimento da Visanet com o esquema conduzido por Marcos Valério.

O senador considerou como contraditório o presidente afirmar que não sabe de nada e, em outra hora, apontar denuncismo nas investigações e alertou: "Mentir também é motivo para se pedir o impeachment de um presidente". Na avaliação de Virgílio, a CPI começou a achar as fontes que abasteceram o "mensalão" e ressaltou que o caso "merece investigação profunda".

Ele mencionou ainda as ameaças que vêm sendo feitas a integrantes da oposição, dizendo que o Senado "deve saber defender suas prerrogativas e dar um basta a esse clima".

Arthur Virgílio rebateu críticas publicadas pelo diretor de redação da revista *Época*, Aluizio Falcão Filho, referentes a sua afirmação de que daria "surra no presidente Lula". O senador lamentou que a imprensa não tenha dado destaque às causas que o levaram a falar em surra, que foram as ameaças sofridas por sua família em Manaus.



Antonio Carlos pede que a verdade seja investigada e os culpados punidos

Para Antonio Carlos, sociedade espera por explicações

Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) afirmou que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva deve "deixar de ser evasivo" e responder às dúvidas da sociedade sobre as acusações que recaem sobre o governo petista. Na interpretação do senador, a situação do país vem se agravando diariamente.

Para Antonio Carlos, o presidente da República deve compreender que a população brasileira quer saber quem são os culpados pela corrupção e deseja que todos sejam punidos. Ele ressaltou que o fato de a CPI dos Correios ter apontado o Banco do Brasil como uma das fontes do chamado valerioduto já é motivo suficiente para uma "providência séria ser tomada". O senador acredita que o Parlamento não tem adotado as medidas necessárias e isso estaria irritando o povo brasileiro.

– Cabe a todos nós enfrentar e obrigar o presidente, que deve respeito ao Legislativo e às CPIs, a responder às acusações. Presidente Lula: investigue de verdade, puna quem tiver que ser punido, responda às perguntas da sociedade – pediu o senador.

Sobre as denúncias da revista *Veja*, de que o Partido dos Trabalhadores teria recebido dinheiro de Cuba para campanhas políticas, Antonio Carlos disse que o partido, em vez de esclarecer os fatos, limitou-se a negar.



Agripino resalta "sobriedade e firmeza" do relator da CPI dos Correios

Agripino: CPI encontrou o "ovo da serpente"

José Agripino (RN), líder do PFL no Senado, classificou como "o ovo da serpente" a identificação de um adiantamento de R\$ 35 milhões pelo Banco do Brasil à agência DNA Propaganda, que tem o empresário Marcos Valério como sócio, dos quais R\$ 10 milhões teriam sido desviados para financiar campanhas eleitorais do PT. O fato foi divulgado pelo relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio, cuja "sobriedade e firmeza" na condução do trabalho foi destacada por Agripino.

– Eu chamo isso de uso da máquina pública para financiar um partido político – afirmou.

Outro escândalo sobre o qual o PT e o presidente Lula terão que falar, salientou o pefelista, refere-se ao suposto financiamento da campanha petista por dólares trazidos de Cuba em avião de Roberto Colnaghi, amigo do ministro da Fazenda, Antonio Palocci. Essa operação, se confirmada, desrespeitaria o Código Eleitoral, que pune a prática com a perda do registro partidário ou cassação de mandato do beneficiário.

Em aparte, José Jorge (PFL-PE) cobrou humildade do governo para reconhecer e se arrepender de eventuais desvios. Agripino também foi aparteado por Edison Lobão (PFL-MA), Marcelo Crivella (PMR-RJ) e João Batista Motta (PSDB-ES).

Heloísa denuncia ameaças a sua família e grampos nos telefones

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) voltou a denunciar a existência de grampos em seus telefones e disse que sua família vem sofrendo ameaças. Ela frisou que não tem medo, mas pediu que sua família não seja envolvida.

– Podem me monitorar, fiscalizar, seguir. Se querem resolver seus problemas ideológicos, sexuais, pessoais, com grampo, não há problema. A única coisa que peço é que deixem minha família em paz – disse.

A senadora fez coro às palavras do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM), que na semana passada provocou polêmica no Plenário ao ameaçar “dar uma surra” no presidente da República, se algo acontecesse a algum de seus filhos. O líder do PSDB atribuiu as ameaças sofridas pela sua família a pessoas ligadas à Agência



Heloísa Helena frisa que não tem medo e pediu que poupem sua família

Brasileira de Inteligência (Abin), vinculada à Presidência da República, segundo denúncia que teria recebido.

Heloísa Helena também comentou artigo de Carlos Heitor Cony, segundo o qual a corrupção na vida pública está gerando episódios periféricos dos quais não escapam inocentes nem culpados.

Garibaldi quer repasse maior do Fundo de Participação dos Municípios

Um dia antes de os prefeitos de todo o país voltarem a se reunir em Brasília, o senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) defendeu, mais uma vez, o aumento de um ponto percentual no repasse do Fundo de Participação dos Municípios.

Com a mudança, que é parte da reforma tributária a ser votada ainda neste ano, os municípios passarão a receber, de acordo com Garibaldi, cerca de R\$ 1,4

bilhão a mais por ano.

– Parece pouco, mas será um alívio e tanto para muitas pequenas cidades do país, que nem sequer têm dinheiro para pagar o 13º salário de seus funcionários – observou o senador.

Garibaldi ressaltou que os municípios não pedem nada que seja discrepante, tendo em vista que todos os níveis da Federação já foram contemplados com alguma espécie de benefício.

Motta critica paralisação de obra da BR-101 no Espírito Santo

O senador João Batista Motta (PSDB-ES) protestou contra a paralisação da obra de duplicação da BR-101 entre os municípios de Cariacica e Serra, no Espírito Santo. Ele rebateu a justificativa do Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes (Dnit), publicada pelo jornal capixaba *A Gazeta*, de que a empreiteira teria rescindido o contrato.

– O problema foi falta de pagamento. O ministro [dos Transportes] foi lá e deu ordem de serviço. É uma obra antiga. E agora vem dizer que o problema é a empreiteira – protestou.

Motta salientou a importância da obra, “numa das rodovias mais perigosas do Espírito Santo”. E fez um apelo para que os senadores e deputados do estado assumam uma postura de oposição.



Motta diz que causa do problema foi a falta de pagamento à empreiteira

O senador disse estranhar o tratamento recebido do governo federal por um estado cujo governador é aliado do Planalto. “O Espírito Santo não vê as verbas do Orçamento sendo aplicadas. Nunca aconteceu isso. Pela primeira vez, nós vemos um estado que tem um governador [Paulo Hartung] amigo do governo federal tão desprestigiado”, lamentou.

Renan Calheiros afirmou, em seminário comemorativo dos 180 anos do *Diário de Pernambuco*, que “o melhor detergente para a corrupção é o Sol”

Renan ressalta importância da imprensa livre para a democracia

“A liberdade de imprensa, um dos pilares da democracia, é hoje uma realidade em nosso país. Nossa mídia crítica, denuncia, aponta erros e cobra resultados.” Essa foi a análise feita ontem pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, durante o seminário “O Poder Judiciário e a Imprensa”, realizado no Recife em comemoração aos 180 anos de fundação do jornal *Diário de Pernambuco*.

Ao discorrer sobre as relações entre a imprensa e a democracia, Renan frisou a necessidade de estabelecer um marco regulatório para a democratização do acesso às informações públicas. A transparência dos atos do governo e a fiscalização intensa das atividades do poder público foram idéias defendidas pelo presidente do Senado, para quem “o melhor detergente para a corrupção é o Sol”.

Renan Calheiros saudou o crescimento das novas mídias, como os *blogs* e as rádios comunitárias, ressaltando a sua importância para a ampliação do acesso às informações. Ele observou ainda



Marco Maciel e Renan Calheiros, no evento “O Poder Judiciário e a Imprensa”, no Recife

que a busca apaixonada pela verdade pode levar a mídia a cometer excessos, mas lembrou que, para coibi-los, existe a Justiça. Renan sublinhou, entretanto, que, se a imprensa deve fiscalizar de perto a atuação dos representantes do povo, deve fazê-lo com responsabilidade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ainda que o *Diário de Pernambuco* é o mais antigo jornal da América Latina e um monumento à liberdade.

Diário de Pernambuco

O senador Marco Maciel (PFL-PE), também presente ao evento, recordou momentos importantes

da história do jornal e destacou alguns de seus colaboradores, como Castro Alves, Joaquim Nabuco e Gilberto Freire. O senador afirmou que o jornal desempenhou um papel importante em vários momentos da história do país, sobretudo durante a campanha pela abolição dos escravos e comentou a importância da imprensa livre para a democracia, dizendo que uma não existe sem a outra. Ele observou que, entre as funções dos meios de comunicação, a elevação do nível de coesão social é uma das mais importantes, principalmente num país de dimensões continentais como o Brasil.

José Jorge homenageia os 180 anos do Diário de Pernambuco

O senador José Jorge (PFL-PE) registrou a passagem do 180º aniversário do *Diário de Pernambuco*, a mais antiga publicação do mundo em língua portuguesa, lembrando que, no início, o *Diário* era um jornalzinho de quatro páginas e estampava 38 anúncios.

– Foi o *Diário* que noticiou em suas manchetes o 1º Império,

a Proclamação da República, as duas grandes guerras entre 1914 e 1945, a Revolução de 30, o Estado Novo, a redemocratização de 1946, o golpe de 1964, e a Nova República – observou o senador.

José Jorge destacou entre os colaboradores do jornal Assis Chateaubriand, Gilberto Amado, Tristão de Ataíde, Otávio Tarquino de Souza, José Lins do



José Jorge recorda o início do Diário, como o jornal é chamado em Pernambuco

Rego, Menotti Del Picchia, Murilo Mendes e Augusto Frederico Schmidt.

TV digital brasileira deve ser testada na Copa de 2006

O sistema digital de televisão deve ser testado no Brasil na Copa de 2006, afirmou o ministro das Comunicações, Hélio Costa, em audiência pública ontem no Conselho de Comunicação Social (CCS), no Senado. O ministro anunciou que até o final do ano o sistema brasileiro de TV digital deverá ser concluído.

– O modelo mistura a tecnologia internacional com soluções para a realidade brasileira – co-

mentou o ministro.

Hélio Costa disse que o passo seguinte será definir o padrão de modulação e as ferramentas de informática e eletrônica a serem utilizados. De acordo com o ministro, uma das exigências do governo é de que a TV digital seja aberta, já que a maioria dos brasileiros não tem acesso à TV a cabo. Segundo ele, na primeira semana de janeiro, o modelo já estará estabelecido, permitindo

que as emissoras se preparem para transmitir em julho.

Convergência tecnológica

A convergência tecnológica dos meios de comunicação também foi tema da audiência pública e contou com a participação do vice-presidente das Organizações Globo, Evandro do Carmo Guimarães, e do presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações, Ronaldo Iabrudi dos Santos Pereira.



Valadares informa que programa de rádio de deputado incomoda governador

Valadares denuncia restrição à liberdade de imprensa

Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) denunciou ontem atentado à liberdade de imprensa e expressão e à imunidade parlamentar do deputado estadual e jornalista Gilmar Machado (PSB), em seu estado. Segundo ele, o governador João Alves Filho (PFL) entrou com queixa-crime no Tribunal de Justiça solicitando que a imunidade do radialista seja restrita às dependências da assembléia legislativa.

O senador informou que Machado teria um programa de rádio fortemente combativo às ações do governo estadual, o que estaria provocando desconforto ao governador.



De acordo com Suassuna, a participação do estado é quase a mesma de 1985

Queda do PIB na Paraíba preocupa Ney Suassuna

Em discurso ontem, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) registrou relatório divulgado na semana passada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo o qual o produto interno bruto (PIB) da Paraíba caiu, contribuindo com apenas 0,9% do PIB nacional em 2003. Conforme Suassuna, a participação da Paraíba é quase a mesma de 1985, quando era de 0,7%.

– Se considerarmos o aumento da população, o PIB paraibano está basicamente igual ao de 1983 – lamentou o senador, fazendo comparação com o Ceará, que estaria contribuindo com o dobro da Paraíba no PIB nacional.

Senador garante que em 1 hectare é possível produzir 1 tonelada de mamona ao nível do mar, ao contrário do que diz empresa de pesquisa agropecuária

Alberto Silva sugere biodiesel para combater o desemprego

O senador Alberto Silva (PMDB-PI) defendeu o desenvolvimento de fontes alternativas de energia, como o biodiesel produzido a partir da mamona, para combater o desemprego no Nordeste.

– Há programas como o Bolsa-Família, mas a população prefere trabalhar. Eles não querem se sentir incapazes, ainda mais porque há trabalho no campo – observou.

A mamona, explicou, já é muito utilizada na Bahia e, transformada em biodiesel, seria “uma fonte infinita de recursos”. Só no Piauí, de acordo com o senador, há várias instituições prontas para entrar na produção, aguardando apenas financiamento.



Alberto Silva pede ao governo que suspenda recomendação da Embrapa

Para isso, no entanto, ele acredita que o ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues, deveria suspender imediatamente a recomendação imposta pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

(Embrapa), segundo a qual a mamona só é rentável se for plantada em altiplanos acima de 300 metros.

Alberto Silva disse ter provas de que a Embrapa está equivocada e que, com 1 hectare, é possível produzir 1 tonelada de mamona ao nível do mar. O senador fez apelo ao ministro para que desconsidere a recomendação e autorize o Banco do Nordeste, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), a financiar os programas de plantio da mamona.

Em aparte, o parlamentar recebeu os cumprimentos do senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO).

Tourinho afirma que programa de eletrificação rural é igual ao de FHC

Rodolpho Tourinho (PFL-BA) afirmou ontem que o programa de eletrificação rural do governo, Luz para Todos, deu continuidade a projeto semelhante implementado durante o mandato do então presidente Fernando Henrique Cardoso. O senador recordou que, dos cerca de 320 mil consumidores beneficiados pelo programa atual, 250 mil já haviam sido cadastrados no programa anterior, denominado Luz no Campo.

– Quando já se tem um cadastro feito, um projeto pronto, é muito fácil avançar. Não quero tirar o mérito do que foi feito agora, mas cerca de 80% foi feito ainda com restos do Luz no Campo – disse.

Tourinho defendeu ainda a concessão de subsídios governamentais para a eletrificação das regiões rurais mais pobres do semi-árido nordestino e também da Amazônia, onde os consumidores não têm condições de



Segundo Tourinho, quando se tem um projeto pronto, é muito fácil avançar

pagar o preço das tarifas.

Em apartes, Alberto Silva (PMDB-PI) e Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) manifestaram apoio a Tourinho.

Ana Júlia elogia iniciativa de acesso a energia no Pará

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) lembrou ontem sua participação na inauguração do programa Luz para Todos, do governo federal, no município paraense de Moju, realizada no sábado. A iniciativa de universalização de acesso à energia elétrica é promovida pelo Ministério de Minas e Energia, cujo objetivo é levar o produto a 12 milhões de pessoas até 2008. O programa está orçado em R\$ 7 bilhões, sendo R\$ 5,3 bilhões



Ana Júlia destaca que programa é implantado em regiões carentes

provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e da Reserva Global de Reversão (RGR), e o restante dos governos estaduais e de agentes do setor.

A senadora disse que participa sempre desse tipo de solenidade, em que testemunha a alegria

das comunidades da Amazônia ao receberem a eletrificação. A senadora enalteceu também o esforço realizado para conquistar a melhoria, com os próprios ribeirinhos abrindo estradas na mata e carregando os postes.

– O Luz para Todos chega onde mais é preciso. Tem prioridade para chegar onde tem escola, unidade de saúde, assentamentos rurais, remanescentes de quilombos. São prioridades claras, que evitam o famoso QI (quem indica) do deputado, da deputada, do senador ou da senadora. É um desafio enorme levar o programa principalmente à região amazônica – sustentou Ana Júlia.



Crivella anuncia que pedirá à Mesa nota de repúdio à afirmação de Ahmadinejad

Crivella condena declaração do presidente do Irã

O senador Marcelo Crivella (PMR-RJ) condenou ontem a recente declaração do presidente do Irã, Mahmoud Ahmadinejad, de que “Israel deveria ser riscado do mapa”. Crivella, que é presidente da Frente Parlamentar de Amizade Brasil-Israel, disse que a afirmação, que classificou de “retórica irresponsável”, pode contribuir para piorar as relações entre os países do Oriente Médio. Ele anunciou que vai enviar à Mesa requerimento pedindo nota de repúdio da Casa à declaração do presidente iraniano.

– Na boca do dirigente de um grande Estado muçulmano, como o Irã, a declaração provoca consternação e preocupação – assinalou o senador.

Crivella ressaltou que as palavras do dirigente iraniano vão contra a tendência atual dos países do Oriente Médio, que é a de encontrar soluções negociadas para os conflitos na região. O senador acredita que, com a possível constituição de um Estado palestino próximo a Israel, ambas as nações terão que aprender a conviver em paz.

Virgílio homenageia ex-embaixador dos Estados Unidos

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) prestou homenagem ontem ao diplomata John Danilovich, que deixou a Embaixada dos Estados Unidos em Brasília no último dia 4 para integrar a Agência Governamental Corporação e Desafios do Milênio, em Washington.

– Danilovich, que era empresário, exerceu com competência e dedicação o posto de chefe da representação diplomática norte-americana no Brasil. Deixa boa lembrança e o reconhecimento dos brasileiros pelos bons serviços que prestou aos dois países nesse período de pouco menos de um ano e meio – disse o líder tucano.



Projeto em exame na CI visa impedir que operadoras façam cobranças abusivas

Infra-Estrutura decide sobre controle de gastos com telefone

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) vota hoje, em decisão terminativa, substitutivo a projeto que dispõe sobre a instalação de aparelho para medição do consumo dos serviços do Sistema Telefônico Fixo Comutado e do Sistema Móvel Celular. Relator da matéria, o senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) defende um sistema gratuito de registro e medição que permita a verificação do consumo desses serviços, independentemente dos documentos de cobrança apresentados pelas empresas prestadoras.

De acordo com Tourinho, o objetivo do projeto (PLS 39/02), de autoria do então senador Arlindo Porto, é proteger os usuários e assinantes dos serviços telefônicos fixo e móvel de cobranças abusivas feitas pelas operadoras. O senador explicou que tal cobrança é facilitada por não existirem meios práticos para se controlar os gastos com ligações telefônicas, diferentemente do que ocorre com outros serviços públicos, como os de energia elétrica, água encanada e gás canalizado.

Conforme o relator, a in-

xistência de mecanismos que permitam que as leituras possam ser efetuadas diretamente junto às unidades consumidoras e passíveis de serem monitoradas pelo usuário, como é o caso dos outros serviços, torna os consumidores reféns das informações prestadas pelas empresas prestadoras dos serviços de telefonia.

Rodovias

A comissão também deve votar parecer do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) favorável a projeto que inclui na relação descritiva das vias do Sistema Rodoviário Federal trecho que interliga a BR-381 à BR-116, unindo as cidades de Mantena e Ubaporanga, em Minas Gerais (PLS 14/05).

Na mesma reunião, deverá ser votado outro parecer de Eduardo Azeredo, favorável ao PLS 35/05, que inclui na jurisdição federal os seguintes trechos rodoviários, todos em Minas Gerais: Prata-Campina Verde; Campina Verde-Honorópolis; Honorópolis-Iturama; e Iturama-Porto Alencastro, na divisa de Minas com Mato Grosso do Sul.

Acordo para investigação conjunta nos países do Mercosul deve ser ratificado

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul se reúne na quinta-feira para votar duas mensagens do Executivo. A primeira (MSC 498/05) ratifica o texto do acordo sobre cooperação em matéria de segurança regional entre os países que integram o Mercosul, celebrado em Belo Horizonte, em 2004. A intenção é estabelecer mecanismos de cooperação que facilitem o intercâmbio e a realização de investigação conjunta entre as autoridades policiais e as forças de segurança dos países do Mercosul.

A segunda mensagem (MSC 526/05) ratifica o texto do acordo de cooperação assinado entre o Brasil e a Argentina, em 2003,

para que as autoridades públicas dos dois países possam estabelecer intercâmbio de informações e trabalhar conjuntamente questões que envolvam leis de concorrência. Entre as principais medidas previstas estão a de estabelecer um sistema de notificação de práticas anticompetitivas que afetem os dois países e a possibilidade de uma parte solicitar à outra que inicie investigações sobre práticas comerciais que impeçam a competitividade em seu território.

Os pareceres dos relatores são pela aprovação dos acordos. A reunião da comissão será às 9h, no Plenário 13 da Ala Alexandre Costa do Senado Federal.

Relator do Orçamento para 2006 terá semana de muitos encontros e se diz "sob fogo cerrado" nas disputas por recursos. CMO faz nova tentativa de votar relatório preliminar

Merss negocia compensação de perda decorrente da Lei Kandir

A disputa por recursos do Orçamento federal para 2006 será movimentada nesta semana, a começar pelas reuniões que o relator da proposta, deputado Carlito Merss (PT-SC), realiza hoje com representantes do Fórum de Reforma Urbana e amanhã com organizadores do Congresso Nacional de Gays, Lésbicas, Travestis e Transexuais, que defendem verbas para o programa Brasil sem Homofobia. Mas o encontro mais polêmico deve acontecer na quinta-feira, quando Merss recebe membros do Conselho de Política Fazendária (Confaz) – composto por secretários estaduais de Fazenda – para negociar a reivindicação de R\$ 10,7 bilhões para compensar perdas decorrentes da Lei Kandir, que isenta do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) as exportações de produtos primários e semi-elaborados.

O relator, que já se queixou de que está “sob fogo cerrado”

para atender ao pleito, adiantou que deve contemplar os estados com recursos para reparar as perdas, mas considera o valor inexecutável. Ele deu indicações de que estaria trabalhando com a hipótese de reservar cerca de R\$ 4,3 bilhões – montante previsto no Orçamento deste ano.

– Os deputados e senadores vão ter que dizer se preferem a Lei Kandir ou o salário mínimo – comentou, ressaltando que o valor depende da reestimativa de receitas que está sendo calculada por técnicos da Comissão Mista de Orçamento (CMO).

Negociação

O coordenador do Confaz, Albérico Mascarenhas, admite a negociação, mas estabelece como piso a cifra de R\$ 5,2 bilhões. A base, disse, corresponde aos R\$ 4,3 bilhões originalmente destinados à despesa no Orçamento vigente, somados à parcela de R\$ 900 milhões que o governo federal já teria se comprometido a repassar adicionalmente

aos estados, em decorrência do aumento da arrecadação.

Marcada para as 14h30, na Câmara, a reunião deve oferecer oportunidade para que Merss exponha diretamente aos membros do Confaz que a alocação de recursos para a Lei Kandir afetará demandas de outras áreas. Além de melhorar o valor do mínimo, ele pretende reajustar a tabela do Imposto de Renda e também garantir verbas para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Para chegar aos R\$ 10,7 bilhões solicitados, o Confaz adotou padrão histórico de cálculo para as compensações, que correspondeu, entre 1997 e 2002, a cerca de metade das perdas com as isenções apuradas em período de 12 meses. No projeto orçamentário do Executivo, nenhum recurso foi previsto para a despesa em 2006. Assim, cabe ao relator administrar a cobrança dos estados – pleito que Mascarenhas afirma ser matéria constitucional.

Os caminhos do Orçamento da União

O processo de elaboração do Orçamento da União começa no Poder Executivo. Os ministérios levantam suas necessidades e as encaminham ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. A Presidência da República envia o projeto ao Congresso Nacional, onde é examinado pela Comissão Mista de Orçamento e, depois, pelo Plenário.



Comissão examina hoje relatório preliminar

A Comissão Mista de Orçamento (CMO) tem reunião marcada para hoje, a partir das 14h30, quando mais uma vez haverá tentativa de votação do parecer ao relatório preliminar à proposta orçamentária para 2006. A tramitação da matéria tem sido dificultada por obstrução aos trabalhos do colegiado desde meados de setembro.

A oposição não oferece número necessário de presenças para a deliberação das matérias

em pauta, ao que se acrescenta a ausência de parlamentares da própria base governista às reuniões. Os opositoristas iniciaram a pressão em protesto contra vetos do presidente Lula à Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2006. Entre outras motivações, também contribuiu para o impasse pendência em relação à transferência de R\$ 900 milhões aos estados, para compensar incentivos tributários previstos na Lei Kandir.

Desde o início do processo de obstrução, houve trégua apenas em um momento: na votação, em outubro, de pedido da Presidência da República para abrir ao Orçamento deste ano crédito suplementar de R\$ 1,12 bilhão, destinado ao pagamento de reajuste salarial de 13% aos militares. A CMO tem diversos itens em pauta à espera de exame, como 15 projetos de pedidos de abertura de crédito, entre outras proposições.

Mudança na lei poderá fazer com que Banco Central tenha entre seus objetivos a busca por postos de trabalho, e não somente o controle da inflação



Durante audiência pública, o presidente da Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, senador Marcelo Crivella (2º à esq.), diz que, com a taxa de juros paga atualmente pelo Tesouro, o Brasil "se transformou em um cassino"

Frente Parlamentar quer emprego entre metas do BC

A Frente Parlamentar pelo Pleno Emprego, que reúne deputados e senadores, vai propor mudança na lei para que o Banco Central (BC) tenha também o objetivo de buscar o pleno emprego, e não apenas o controle da inflação. O anúncio foi feito pelo economista José Carlos de Assis, um dos moderadores dos debates públicos promovidos pela frente, que tem na presidência o senador Marcelo Crivella (PMR-RJ).

A frente promoveu ontem mais uma audiência pública, ouvindo dessa vez o ex-

diretor do BC e da Petrobras e atual professor do Ibmec Carlos Thadeu de Freitas Gomes e o professor de economia da Universidade de Campinas Ricardo Carneiro. Os dois fizeram sugestões para promover o emprego e sustentaram que a elevada taxa de juros fixada pelo Banco Central não se justifica. Carlos Thadeu defendeu a mudança de objetivos do Banco Central, ao ponderar que isso é feito em outros países.

Ao final da exposição dos economistas, Marcelo Crivella ressaltou que a taxa de

juros real paga hoje pelo Tesouro Nacional, na faixa de 14% ano, mostra que o país "se transformou em um cassino". Para o senador, é inacreditável que "uns 10 mil brasileiros" estejam hoje emprestando cerca de R\$ 800 bilhões ao governo e recebam por ano mais de R\$ 100 bilhões de juros. "São apenas 10 mil pessoas. Isso é uma indecência", sustentou.

Crivella criticou o governo por permitir que investidores estrangeiros venham ao Brasil aplicar a curtíssimo prazo a juros

altíssimos, tendo o direito de retirar o dinheiro a qualquer momento. Ele ironizou ainda quem afirma que "o melhor do governo Lula é a sua política econômica", pois essas pessoas estariam apenas mistificando os problemas do país.

– É uma mistificação igual àquela em que os senhores de engenho garantiam que tomar leite e comer manga era uma coisa venenosa. Eles apenas não queriam que os escravos comessem suas mangas – comparou.

Ex-diretor do Banco Central defende metas de inflação com prazos maiores

O ex-diretor do Banco Central e da Petrobras Carlos Thadeu de Freitas Gomes sugeriu que o governo mude os prazos de suas metas inflacionárias, hoje anuais. Ele entende que metas de 16 ou 18 meses darão maior flexibilidade ao BC, que não precisaria elevar tanto os juros quando percebesse alguma pressão inflacionária. Com as metas anuais, o Banco Central se sente pressionado a conseguir êxito rapidamente e, para isso, acaba exagerando na dose dos juros, avaliou.

Para Thadeu de Freitas, um aumento no nível do emprego, como quer a Frente Parlamentarista pelo Pleno Emprego, só se consegue com crescimento econômico. Crescimento que, por sua vez, exige taxas de juros baixas, principalmente para as pe-

quenas e médias empresas. Ele recomendou, para ajudar na queda de juros, que o governo reduza o compulsório dos bancos, hoje em 40% na média (os bancos não podem emprestar o compulsório). Criticou os juros reais de 14% ao ano e lamentou que a dívida bruta do governo não tem caído – apenas a dívida líquida tem se mantido perto de 51% do produto interno bruto.

O ex-diretor do BC apoiou a decisão do Copom de aumentar de 30 para 40 dias os prazos entre as reuniões para fixar juros, mas acha que a decisão do Tesouro de lançar títulos em reais no exterior não surtirá efeito sobre os juros internos. Pediu ainda que o governo e o Congresso regulamentem o artigo 192 da Constituição, que trata do sistema financeiro.

Juros mais baixos fariam a economia crescer, diz professor da Unicamp

O professor do departamento de Economia da Universidade de Campinas Ricardo Carneiro sustentou que "não se pode ter metas de inflação excessivamente baixas" como determinado pelo governo. Para ele, com metas menos restritivas, os juros não precisariam ficar tão elevados, ajudando no crescimento da economia e, em consequência, aumentando o nível de emprego.

– Metas de inflação tão baixas só beneficiam o capital, que ganha com os juros altos adotados pelo Banco Central para conseguir atingir tais metas. Não estou advogando a volta da inflação. Só acho que estamos valorizando demais a taxa de inflação baixa – ressaltou.

Ricardo Carneiro observou que o governo Lula "não tem um programa de longo

prazo" e que, desde sua posse, se beneficiou da grande oferta de dinheiro na economia internacional e da boa fase do comércio externo. Ele considerou a taxa de juros indicada pelo BC "uma piada", de tão alta, e questionou a eficiência desse remédio no controle inflacionário, ao lembrar que mais de 30% dos créditos oferecidos no país não são afetados pela taxa do Banco Central.

O professor da Unicamp disse acreditar que, com o câmbio flutuante, o país não tem expectativa de crescimento elevado e a longo prazo, e advertiu que o Brasil corre o risco de ver suas exportações despencarem se a economia mundial tiver desaceleração.

– Como pode um país crescer de forma sustentada e a taxas elevadas se 20% dos gastos públicos vão para os juros? – questionou.



Mão Santa considera que há falta de atenção do governo com a educação

Mão Santa pede que Lula intervenha para pôr fim à greve nas universidades

Mão Santa (PMDB-PI) pediu ontem a intervenção do presidente Lula, a quem chamou de "mestre das greves", para encerrar a paralisação nas universidades federais, que já dura quase três meses.

– Quer dizer que Lula só sabe

começar, não sabe terminar uma greve? – ironizou o senador.

Mão Santa lamentou o que interpreta como falta de atenção do governo com a educação e informou que tem recebido muitos e-mails de pais e de alunos descontentes com a greve, que

também atinge os hospitais mantidos pelas universidades.

– Quantos estão a sofrer nos corredores dos hospitais universitários? – protestou.

Mão Santa ainda mostrou alguns impressos de literatura de cordel que trouxe do Nordeste,

todos fazendo alusão à crise política. Recomendando ao presidente Lula "ouvir a voz rouca das ruas", o parlamentar leu os títulos: *O Arraial do Lula, Eis a Verdade: Partido das Traçaças, Impeachment ao Presidente*, entre outros.